

O CONFLITO ENTRE A CIDADE E A CIDADANIA

Paulo Bicca

É um equívoco supor que, na origem, a cidade foi criada para gerar uma fraterna e harmônica convivência entre os homens. Infelizmente, a sua história, desde o início, revelou-se o oposto. Ela não nasceu da comunhão, mas da divisão e da exclusão. Ela aparece na história da humanidade, tendo como pressuposto um certo grau de socialização e o aumento da produção, associados ao desenvolvimento da capacidade produtiva do trabalho. Mas se este era um pressuposto necessário, não era, entretanto, suficiente para o surgimento da cidade, pois a sua gênese teve também como condição sine qua non a participação diferenciada e desigual dos homens no processo de produção e distribuição, ou seja, uma sociedade de classes, estruturada a partir da divisão social do trabalho que, contraditoriamente, aproxima e afasta, reúne e segregá, associa e opõe. E como reverso da mesma medalha, dá-se então a separação entre cidadãos e não-cidadãos, entre os que pertencem à cidade e os que dela são excluídos.

Lamentavelmente, a nossa língua portuguesa não possui duas palavras correspondentes às expressões francesas *cité* e *ville*, que não são sinônimos entre si. Na Antiguidade, a *cité* era uma associação de caráter político e religioso; a *ville* era o lugar, a morada desta associação, aquilo que nós chamamos cidade, com suas ruas, construções, espaços públicos etc., sobre a qual a *cité* exercia o seu poder. Mas a grande maioria das pessoas não participava da *cité*, ainda que fossem moradores da *ville*. Da *cité* estavam excluídos os escravos, os artesãos e toda a sorte de trabalhadores e estrangeiros. Para estes, a cidadania, ou seja, o pertencer à *cité*, era negada; e pouco podiam usufruir da *ville*, sendo-lhes vedado, de fato ou de direito, o acesso aos lugares exclusivos dos cidadãos. Em suma, lhes era recusado, em todos os sentidos, o direito à cidade.

Na Roma antiga, os bairros dos *classicus* ou *patriciatus*, isto é, da elite social, não eram os mesmos da *plebe*. Aos primeiros estavam reservadas as *domus*, ou residências aristocráticas; enquanto para os segundos, sobravam apenas as *insulae*, que

Jefferson Rudy



Crianças da invasão da Asa Norte passam o tempo separados dos pais e longe da escola, comendo o que as famílias deles conseguem com as doações dos brasilienses

muito pouco ou nada diferiam das nossas "modernas" favelas. E se hoje, nas ruínas romanas, nenhum vestígio material existe destas *insulae*, isto apenas comprova a extrema precariedade das suas construções.

E é desta história que somos, em boa parte, os herdeiros, voluntários ou não. Mas reconhecer esta herança não significa, em hipótese alguma, buscar na gênese da cidade e no seu passado, as justificativas para que se continue a trilhar o mesmo caminho. Antes pelo contrário, é com esta herança que ainda hoje se faz necessário romper, sobretudo em países do capitalismo dependente, como o Brasil, onde os chamados problemas urbanos e a crise da cidadania se manifestam de forma ainda mais violenta e trágica.

E não se diga que a miséria urbana é fruto da incapacidade produtiva, resultante de um insuficiente desenvolvimento tecnológico. Recorrer a esta explanação é, no mínimo, um engano, ou então má-fé, movida por inconfessos interesses. As causas desta miséria são outras. Uma sociedade não vive sem ela se milhões de trabalhadores recebem um salário aviltante que lhes garante apenas a subsistência. Situação que se torna ainda mais grave e trágica, quando a estes se somam aqueles excluí-

dos até mesmo do mundo do trabalho. Aliás, se voltarmos na história e observarmos o que ocorreu na Europa do século XIX, como consequência da revolução (inclusive urbana) protagonizada pelo capitalismo industrial, veremos que, muitas vezes, devido à natureza das relações sociais e econômicas das quais faziam parte, os avanços tecnológicos não foram solução, mas causa de vários proble-

mas. As relações entre o capital e o trabalho não permitiram que as coisas ocorressem de outra forma. Ao êxodo rural somava-se uma industrialização na qual, a exemplo do que hoje ocorre, o desenvolvimento das técnicas produtivas deixava massas de operários sem trabalho. Desemprego agravado em decorrência das violentas e cíclicas crises industriais. E assim, os trabalhadores mal pagos e os desempregados amontoavam-se nas grandes cidades, não lhes restando outra alternativa que não fosse morar em infestas po-

cilgas.

E o que esperar, hoje, de um mundo no qual um bilhão e

meio de pessoas (aproximadamente oito vezes a população brasileira), "vivem" com um dólar por dia? Como imaginar, no nosso país, cidades mais humanas e dignas, se 30% dos brasileiros sobrevivem nas mesmas

condições e 85 milhões estão abaixo da linha da pobreza? Quando milhares de trabalhadores e antigos pequenos proprietários rurais são expulsos do campo, sem outra pers-

pectiva que não a de engrossar a massa dos desempregados e miseráveis urbanos, é lícito supor que, em tais circunstâncias, as nossas cidades pudessem ser muito diferentes do que são?

Em países como o Brasil, um dos mais injustos quanto à distribuição da renda e da riqueza, as favelas ou invasões são fatos sociais "naturais", pois fazem parte da natureza da sua sociedade. E não é de causar espanto, mas indignação, o seu crescente déficit habitacional, superior aos dez milhões de moradias, significando que, no mínimo, 50 milhões de pessoas moram em condições precárias ou péssimas. Isto sem contar aqueles que, ocupam-

do barracas de lona e papelão ou abrigando-se embaixo de viadutos e pontes, "teimam" em revelar a crueldade das nossas cidades, mostrando que a chamada crise da habitação e a proliferação de favelas não é um acaso, mas sim uma das faces perversas do modelo econômico e social do qual são frutos. E para todos estes, falar em cidadania, se aproxima da ironia.

Portanto, não estamos diante de questões que se esgotam no âmbito deste ou daquele governo. E não cabe neles buscar a causa primeira do que ocorre. O que não significa, em absoluto, eximir a todos de qualquer responsabilidade, pois a maioria deles tem sido conivente e contribuído para que esse quadro se reproduza e se amplie.

E Brasília, malgrado as intenções dos que a conceberam, não foge à regra, pois também nela se observa a proliferação da miséria e das chamadas invasões. Mas é verdade também que essa situação de penúria tem sido terreno fértil para políticos inescrupulosos e populistas que, aproveitando-se da existência de uma grande quantidade de terras públicas, delas se utilizam fartamente, trocando lotes por votos, buscando constituir verdadeiros currais eleitorais, em plena capital da República, no final do século XX. Desta for-

ma, as inegáveis necessidades de milhares de pessoas são habilmente manipuladas em favor de interesses espúrios. Estimulam-se as invasões a partir da promessa ou na crença de que o governo será sempre maquiavélico, isto é, será, como recomendava o autor de *O Príncipe*, "o mais generoso com aquilo que não lhe pertence", supondo que "despender os bens alheios, além de não lhe tirar a fama, ainda lhe acrescenta". Mas que fama? Certamente aquela que decorre da demagogia que se aproveita dos desejos, paixões e carências populares. Maquiavelismo dos hábeis demagogos que, explorando a miséria alheia, trabalham com a ilusão de que aquela terra é farta, e com a promessa de que ela será distribuída de graça.

Uma ofensa à cidade e à cidadania, cujos nefastos resultados são facilmente perceptíveis através da crescente degradação urbana e da deterioração dos princípios básicos de sociabilidade, pelas quais não são responsáveis os trabalhadores, os pobres, os deserdados, que para cá migraram ou migram, premidos pelas circunstâncias ou atraídos por falsas esperanças. Estes são, na verdade, e como sempre, as suas maiores vítimas.

■ Paulo Bicca é arquiteto, professor universitário e doutor em urbanismo

"ESSA SITUAÇÃO DE PENÚRIA TEM SIDO TERRENO FÉRIL PARA POLÍTICOS INESCRUPULOSOS E POPULISTAS"